



Revista de Políticas Públicas

E-ISSN: 2178-2865

revistapoliticasp-publicas@ufma.com

Universidade Federal do Maranhão
Brasil

Gomes Silva, Ilse

ESTADO, IDEOLOGIA E CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL

Revista de Políticas Públicas, julio, 2014, pp. 189-194

Universidade Federal do Maranhão

São Luís, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321131273017>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

 redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

ESTADO, IDEOLOGIA E CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL

Ilse Gomes Silva

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

ESTADO, IDEOLOGIA E CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL

Resumo: Em um cenário de formação de consensos e dissimulação da violência contra o movimento social, o artigo aborda a ação repressora do Estado e o processo de criminalização dos movimentos sociais no Brasil. Considera que o Estado, diante das sucessivas crises, utiliza os seus recursos midiáticos e discursivos, além é claro dos coercitivos, para criar um consenso em torno das medidas a serem tomadas para o enfrentamento da crise, convocando toda a sociedade a se empenhar nessa jornada. Entretanto, apresenta à sociedade a resistência dos trabalhadores às políticas neoliberais como caso de polícia ou de reação de um grupo de baderneiros que insistem em perturbar a ordem, ou não colaboram com os esforços da “nação” para superar ou impedir os efeitos das crises econômicas no plano nacional.

Palavras-chave: Estado, ideologia, movimentos sociais.

STATE, IDEOLOGY AND CRIMINALIZATION OF SOCIAL MOVEMENTS IN BRAZIL

Abstract: In a scene of consensus-building and dissimulation of violence against social movement, the article discusses the repressive action of the State and the process of criminalization of social movements in Brazil. Considers that the State, in the face of successive crises, uses its media resources and discursive, and of course the coercive, to create a consensus around the measures to be taken to combat the crisis, calling the whole society to engage on this journey. However, it presents to society the workers' resistance to neoliberal policies as a police case or reaction of a group of troublemakers who insist on disturbing the peace, or do not cooperate with the efforts of the "nation" to overcome or prevent the effects of economic crises nationally.

Keywords: State, ideology, social movements.

Recebido em: 19.11.2013. Aprovado em: 06.01.2014.

1 INTRODUÇÃO

A ideologia é um termo que permite múltiplas definições. Tem sido associada às ideias de uma época, às concepções de mundo, a um conjunto de crenças, ao falseamento da realidade, a concepções que legitimam um poder dominante, à estruturação dos discursos. Portanto, não é possível negar a presença da ideologia na estruturação do mundo concreto, embora tenham aqueles que advogam o fim das classes sociais, da luta de classes e das ideologias.

[...] pode-se afirmar categoricamente a existência da ideologia que matriz geradora que regula a relação entre o visível e o invisível, o imaginável e o inimaginável, bem como as mudanças nessa relação. (ZIZEK, 1996: p. 7).

Determinar o fim das classes sociais, da luta de classes e das ideologias para indicar que a sociedade capitalista atingiu uma sociabilidade sem conflitos, denuncia a existência da ideologia, uma vez que ao negá-la se afirma a sua presença. Negar o conflito de classes e as desigualdades sociais gerados pelo modo de produção capitalista tem sido um recurso utilizado por alguns intelectuais e governantes para evitar o questionamento das estruturas constitutivas dos processos de dominação e exploração.

Mészáros (1996) considera que essa perspectiva de negar a existência da ideologia e dos conflitos de classe encontrou um campo fértil logo após a Segunda Guerra Mundial, pela expansão do desenvolvimento econômico, científico e tecnológico que ocorreu nessa época. Essa perspectiva se ampliou e

[...] paradoxalmente ele(a) também conseguiu confundir e desarmar os representantes de algumas correntes intelectuais do extremo oposto do espectro político. (MÉSZÁROS, 1996, p. 76).

No campo da organização dos processos de trabalho, Mészáros (1996), para exemplificar essa perspectiva de negação dos conflitos e afirmação do consenso e do fim das ideologias, aponta o *gerenciamento científico* fundado por Frederick W. Taylor, que embora tenha surgido em época anterior a pós- Segunda Guerra Mundial, é representativo dessa concepção.

Em sua época, Taylor sabia muito bem – assim como mais tarde seus seguidores ‘anti-ideológicos’ – que estavam realmente em jogo as relações de poder social de dominação e subordinação hierárquicas. Porém, com uma retórica característica, entusiasmava-se com ‘a substituição da discussão e da disputa pela cooperação fraterna, com ambos

se emprehendo determinados na mesma direção, em vez de seguirem separados; com a substituição da vigilância suspeita pela confiança mútua; tornando-se amigos em vez de inimigos’ (MÉSZÁROS, 1996: 88).

No campo dos intelectuais de esquerda, Mészáros (1996) aponta Lucien Goldmann, por ele acreditar que no pós-guerra a expansão capitalista representava um período de capitalismo organizado, em que a intervenção do Estado levaria à diminuição das crises sociais e políticas. Essa posição equivocada foi consequência de uma avaliação centrada nos países de capitalismo avançado e pela aceitação acrítica do discurso dos adversários que propagavam o fim da escassez.

Passados os anos gloriosos da expansão capitalista, o mundo tem vivenciado sucessivas crises desde 1970 e adentra o século XXI mergulhado em uma das maiores crises já enfrentada pelo capital. A cada nova crise a burguesia se apressa em apresentar como responsáveis pelos baixos índices de crescimento econômico e de lucratividade a intervenção do Estado no sistema de proteção social e o movimento social da classe trabalhadora. Exerce uma pressão sobre os governos para adotar medidas que promovam a flexibilização das relações de trabalho e aumente a repressão direta e indireta sobre as entidades representativas do movimento social da classe trabalhadora.

O Estado esmera-se em garantir por *meios legislativos e coercitivos* como diria Gramsci (1991), a realização dos interesses políticos, ideológicos e econômicos da classe dominante e exercido o seu poder político ao apresentar à sociedade a resistência dos trabalhadores às políticas neoliberais como caso de polícia ou de reação de um grupo de baderneiros que insistem em perturbar a ordem, ou não colaboram com os esforços da *nação* para superar ou impedir os efeitos das crises econômicas no plano nacional. Segundo Gramsci, o Estado em sua natureza de Centauro pode apresentar como perspectivas de ação:

[...] da força e do consentimento, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade, do momento individual e do momento universal [...] da agitação e da propaganda, da tática e da estratégia, etc. (GRAMSCI, 1991, p. 41)

Do ponto de vista de conquistar o consentimento da classe trabalhadora e garantir o apoio ativo para as políticas de reajustes neoliberais, o Estado, diante das sucessivas crises, utiliza os seus recursos midiáticos e discursivos, além é claro dos coercitivos, para criar um consenso em torno das medidas a serem tomadas para o enfrentamento da crise, convocando toda a sociedade a se empenhar nessa jornada.

Esse cenário de formação de consensos e dissimulação da violência contra o movimento social da classe trabalhadora exige que se descontinuem esses processos. Compreendo que o estudo da ideologia burguesa oferece os instrumentos teóricos necessários para problematizar o discurso da legalidade, da igualdade e da liberdade presente na ação repressora do Estado brasileiro ao movimento social da classe trabalhadora nesse início do século XXI.

2 ESTADO, IDEOLOGIA E CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE RESISTÊNCIA

A ideologia possui variadas definições e noções. Neste artigo busquei me apoiar principalmente nas contribuições de autores do campo do marxismo, principalmente nas elaborações de Marx e Engels, Gramsci e Althusser, além de alguns contemporâneos.

Althusser (1996) afirmou que das obras de Marx e Engels os Manuscritos de 1844 e A Ideologia Alemã (1845) são os mais representativos da teoria da ideologia. Os Manuscritos, pelo encontro de Marx com a economia política em seu anseio de buscar as causas dos conflitos políticos e A Ideologia Alemã, por representar o elo de transição da produção teórica entre as fases de juventude e maturidade de Marx.

Em A Ideologia Alemã, escrita para realizar uma crítica aos chamados jovens hegelianos, Marx e Engels tecem sua concepção materialista da formação da realidade social, defendendo que a consciência dos indivíduos é construída a partir das condições materiais de sua produção, ou seja, quem determina a consciência dos indivíduos é a vida real.

Esse modo de produção não deve ser observado apenas sob o ponto de vista que faz dele a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito antes, uma forma determinada de expressar sua vida, uma forma de vida determinada do mesmo. Assim como os indivíduos expressam sua vida, assim eles também são. O que eles são coincide com sua produção, tanto com o que eles produzem, quanto com o como eles o produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção. (MARX e ENGELS, 2007, p. 42).

Ao identificar a construção da consciência pela forma assumida da organização da vida material, os autores localizam a formação da ideologia no interior desse processo. A organização do trabalho produz um estranhamento entre o indivíduo e o produto que se automatiza ao assumir a forma mercadoria. A ideologia está contida nesse estranhamento entre o indivíduo e a mercadoria.

A consciência não pode ser jamais algo diferente do que o ser consciente, e o ser dos homens é um processo de vida real. Se em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem invertidos como em câmara obscura, este fenômeno provém igualmente de seu processo histórico de vida [...] (MARX; ENGELS, 2007, p. 48).

Para Marx e Engels a sociedade é constituída por níveis estruturais articulados enquanto uma totalidade. Esses níveis seriam a base econômica ou infraestrutura e a superestrutura formada pelo arcabouço jurídico-político ou o Estado e a ideologia em suas diferentes expressões. Em uma formação social esses níveis articulados garantem o processo de produção e reprodução dessa formação social.

Gramsci (1991) realça que, no Prefácio da Crítica da Economia Política, Marx expõe que a tomada de consciência dos conflitos da instância econômica é adquirida através da ideologia e acrescenta que o poder dominante garante o consentimento ativo de seu domínio através da construção da hegemonia e a ideologia é parte constitutiva da hegemonia.

Por isso, a coerção deve ser sabiamente combinada com a persuasão e o consentimento, e isto pode ser obtido, nas formas adequadas de uma determinada sociedade, por uma maior retribuição que permita um determinado nível de vida, capaz de manter e reintegrar as forças desgastadas pelo novo tipo de trabalho. (GRAMSCI, 1991, p. 405).

Para conquistar a hegemonia política, a classe dominante necessita dos chamados aparelhos ideológicos presentes na sociedade civil, da cultura e dos intelectuais. Para Eagleton (1997), é com Gramsci que

[...] se efetua a transição crucial da ideologia como 'sistema de ideias' para ideologia com prática social vivida, habitual – que, então deve presumivelmente abranger as dimensões inconscientes, inarticuladas da experiência social, além do funcionamento de instituições formais. (EAGLETON, 1997, p. 197).

As contribuições de Althusser (1996) para a compreensão dos processos de reprodução das relações de produção capitalista e da força de trabalho estão em sua abordagem sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado em que demonstra a existência material da ideologia nas práticas e rituais presentes nesses aparelhos.

A reprodução da força de trabalho requer não apenas uma reprodução da sua qualificação, mas também, ao

mesmo tempo, uma reprodução de sua submissão às regras da ordem estabelecida, isto é, uma reprodução de sua submissão à ideologia vigente, para os trabalhadores, e uma reprodução da capacidade de manipular corretamente a ideologia dominante, para os agentes da exploração e da repressão, a fim de que também eles assegurem ‘com palavras’ a dominação da classe dominante. (ALTHUSSER, 1994, p. 108).

Ao adotar como referência teórica a contribuição, principalmente de Althusser, comprehendo que a ideologia “[...] é uma ‘representação’ da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência [...]” e essa “[...] ideologia tem uma existência material [...]” (ALTHUSSER, 1996, p. 126; 128). O autor acrescenta que “[...] não existe prática, a não ser através de uma ideologia, e dentro dela não existe ideologia, exceto pelo sujeito e para sujeitos [...]” de forma que “[...] a ideologia interpela os indivíduos como sujeitos [...]” (ALTHUSSER, 1996, p. 131).

No caso específico do Aparelho de Estado burguês, a estrutura jurídico -política interpela os agentes de produção como cidadãos, sujeitos de direitos, livres para se submeterem às normas de sua sujeição, para exercerem as atribuições que lhes foram definidas pela divisão social do trabalho e, consequentemente, pela organização social dominante. Suas instituições têm como princípio de organização a liberdade e a igualdade e sua legitimidade está ancorada no conjunto dos cidadãos livres e iguais, na chamada soberania popular e na responsabilidade do Estado para com todos. Esses cidadãos têm como forma de participação o sufrágio universal como expressão da *vontade geral* e são regidos por um conjunto de normas expresso em leis. A liberdade e a igualdade desses cidadãos residem na relação que mantêm com as leis, concebidas como expressão da *vontade geral*.

Na visão dos clássicos do liberalismo, a liberdade e a igualdade são tidas como direitos de natureza, e, uma vez reconhecidos, são considerados obrigatórios e universais. Locke considera que a criação do Estado Civil não institui nenhum novo direito, apenas reconhece os já existentes no estado de natureza, principalmente o direito à propriedade. A naturalização desses pressupostos garante que qualquer questionamento a essa ordem seja considerado um ato contra a ordem, contra o progresso, contra os direitos de natureza.

É desse modo que a ideologia burguesa tem, de modo privilegiado, ocultado as raízes da exploração do trabalho pelo capital e as formas de reprodução da dominação burguesa, ao exigir do Estado a manutenção da ordem como justificativa para a repressão aos movimentos sociais da classe trabalhadora. A classe dominante se utiliza dos Aparelhos Ideológicos do Estado, principalmente dos

meios de comunicação, para impedir a visibilidade dos processos de exploração e justificar a repressão aos movimentos sociais, ou seja, “[...] para ser eficaz, a lógica de legitimação da relação de dominação tem que permanecer oculta.” (ZIZEK, 1996, p. 14).

Embora essa seja uma prática estrutural do Estado, reconhecida ao longo dos anos, nessa primeira década do século XXI temos presenciado uma ofensiva ideológica e repressora contra os movimentos sociais da classe trabalhadora que denunciam a lógica perversa das medidas neoliberais, reivindicando seu direito à moradia, à reforma agrária e a melhorias salariais.

No Brasil, o governo federal, diante da crise do capital de 2008, adotou o discurso de que o país estava preparado para o enfrentamento da crise e se preocupava com a parte da população mais frágil ao implementar programas de combate à pobreza, baseado em lemas como *Brasil Carinhoso* e *Brasil sem miséria*.

Entretanto, estudos recentes sobre as lutas sociais no Brasil nessa primeira década do século XXI indicam que, embora com diferenciações, ocorreram diversas ações dos movimentos sociais no campo sindical urbano, rural e popular¹ e essas ações aumentaram e se diversificaram principalmente a partir da crise econômica mundial de 2008. Cresceram, inclusive, as lutas sociais protagonizadas por estudantes, indígenas, sem-teto e atingidos por barragens.

Contrastando com o discurso governamental de que o país vive os seus melhores momentos de desenvolvimento econômico e social, os estudos demonstram que

[...] o povo brasileiro não vem lutando somente por trabalho, terra e moradia, mas por melhores condições de vida, que na maioria das vezes significa o acesso a direitos mais elementares. (SOUZA, 2010, p. 202).

A resposta do governo federal e dos governos estaduais tem se concentrado no aumento das medidas repressoras às ações dos movimentos sociais das classes trabalhadoras, contradizendo o discurso de defesa dos direitos humanos, transparência e melhoria das condições de vida. Os exemplos são vários, mas destaco três situações: a) O governo federal condena os indígenas do Xingu e comunidades ribeirinhas a piorarem suas condições de vida e reprime as manifestações ao permitir a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará; b) Na greve dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior, que atingiu 58 das 59 universidades e tinha como principal reivindicação a reestruturação da carreira docente e a defesa da universidade pública e gratuita, o governo federal não considerou que a maciça adesão dos professores ao movimento grevista refletia a insatisfação diante da política de expansão das universidades públicas através do REUNI e da

política educacional para o nível superior. O governo desqualificou os docentes, divulgando que a greve era de uma minoria que prejudicava os alunos. Confundiu a sociedade, apresentando dados falsos, ao dizer que os docentes teriam 45% de aumento; orientou os Reitores a cortarem os pontos dos respectivos professores e firmou acordo com o PROIFES, sindicato que representava apenas 7 universidades, dando por encerrada a greve.

O terceiro exemplo a destacar foram as manifestações de junho de 2013 que tiveram como reivindicação inicial a luta pela redução da tarifa dos transportes e pelo Passe Livre. As primeiras manifestações começaram em 6 de junho e reuniram cerca de 2.000 pessoas na Av. Paulista. Dez dias depois, os jornais avaliavam subestimados 230 mil manifestantes em doze capitais. No dia 20 de junho, o número de manifestantes alcançou a casa de *mais do milhão* e se expandiu para o Brasil inteiro. Os jornais indicaram um milhão de pessoas só no Rio de Janeiro. Em São Luis/MA ocorreram várias manifestações que se descentralizaram por todo o estado e em diversos bairros da capital. As três maiores manifestações atingiram cerca de 10 mil pessoas.

A imprensa deu como explicação para o fenômeno o uso massivo das redes sociais e a participação da juventude. No início, quando as manifestações ainda eram pequenas e estavam centralizadas na defesa do Passe Livre e em São Paulo, a imprensa e muitos governantes se apressaram em dizer que os manifestantes eram uma pequena parte da população e os qualificaram como *baderneiros*. A repressão policial foi violenta e o movimento cresceu em quantidade e qualidade.

Com o crescimento das manifestações e ampliação das bandeiras, a imprensa e os governantes, não importando a filiação partidária, mudaram o discurso e os editoriais dos jornais. Passaram a veicular um discurso pela democracia e contra a corrupção. Os governos da oposição, principalmente do PSDB, se apressaram em acusar o governo federal pela situação, ao mesmo tempo em que se eximiam da responsabilidade de seus governos estaduais de provocarem sucateamento dos serviços públicos. Construiu-se um discurso em torno do consenso da importância da participação da juventude nas ruas, com a ressalva da necessidade de manter a ordem. O recado era claro: o Estado somente toleraria as chamadas manifestações pacíficas. A repressão foi justificada como reação às agressões dos próprios manifestantes e não como prática política do Estado à contestação da ordem. Entretanto, a repressão policial continuou crescente, agora amparada pela repressão aos chamados *baderneiros e vândalos*.

Do ponto de vista ideológico, é muito interessante que, no início, os manifestantes foram qualificados e interpelados como *baderneiros e vândalos*, depois de 17 de junho transformaram-se em “*manifestantes*” e “*vândalos*”.

A ideologia tem uma materialidade e os manifestantes que foram às ruas sofrem no dia a dia com a falta de saúde, de transportes, de escola com qualidade e sofrem também com a repressão do Estado. Se não tivessem essa materialidade, as redes sociais provavelmente não teriam sido tão eficazes.

3 CONCLUSÃO

Em situações de crises as lutas de classes se acirram e se alargam, principalmente pela organização política da classe trabalhadora que reage contra o aumento dos processos de exploração e dominação, e a cortina que dificulta a visibilidade da relação simbiótica entre o Estado e as classes dominantes tende a se romper. Embora a luta de classes seja constitutiva da formação social das sociedades, como já foi dito por Marx “[...] a história de toda sociedade até hoje é a história de lutas de classes.” (MARX; ENGLES, 1996, p. 66) a cada contexto histórico novas ferramentas são forjadas.

Acredito que o desafio colocado nesse momento para o movimento social da classe trabalhadora em nível mundial é romper com a ofensiva ideológica que ao mesmo tempo em que desqualifica e criminaliza as manifestações de resistência dos trabalhadores, recompõe em bases autoritárias e conservadoras os ideais burgueses de manutenção da ordem como garantia para se manter a acumulação do capital.

E para fazer frente à agressividade da classe dominante aos direitos dos trabalhadores e à liberdade de organização, tão duramente conquistadas, cabe à classe trabalhadora “[...] romper a unidade baseada na ideologia tradicional, sem cuja ruptura a força nova não poderia adquirir consciência da própria personalidade independente (GRAMSCI, 1991, p. 11).

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado. In: ZIZEK, Slavoj. (Org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**. São Paulo: Boitempo, 1997.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. ed. 6. Petropolis: Vozes, 1996.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Ensaio, 1996.

SOUZA, Davisson C. C. de. Lutas sociais e tradições de luta no Brasil nos anos 2000. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 25-26, 2010.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ZIZEK, Slavoj. O espectro da ideologia. In: ZIZEK, Slavoj. (Org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

NOTA

¹ Ver por exemplo o artigo de SOUZA em *Lutas Sociais*, n. 25/26, 2010.

Ilse Gomes Silva

Enfermeira

Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Professora do Departamento de Sociologia e Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

E-mail: ilse@terra.com.br

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Cidade Universitária do Bacanga

Av. dos Portugueses, 1966

Bacanga - São Luís / MA

CEP: 65.085-580